

Corte de 80% deixa Senado a pão e água

Serão da ordem de 80% os cortes que o Executivo pretende fazer no orçamento global do Senado. O braço da Operação Desmonte alcançará basicamente a área administrativa, poupando apenas o setor de pessoal da ativa — não haveria demissões portanto — e os inativos. Com a proposta, que ainda está sendo examinada pela Mesa do Senado, ficaria totalmente prejudicada a execução do trabalho legislativo, incluindo o funcionamento das futuras CPI's, a prestação de serviço médico, as reformas prediais e a reposição de equipamentos, entre outros.

“Não vamos aceitar isso tranquilamente”, reagiu o primeiro-secretário da Mesa do Senado, Jutahy Magalhães, que aposta em um entendimento entre o presidente do Senado, Humberto Lucena e o “chefe maior”. Para o primeiro-secretário, felizmente, com a promulgação da nova Constituição, as propostas de orçamento oriundas do Executivo poderão ser examinadas pelos parlamentares, “que inclusive poderão modificá-las”.

Ainda segundo o senador Ju-



tahy Magalhães, a Mesa não poderá aceitar um orçamento que inviabilize a administração da Casa Legislativa. “A fase autoritária de impor as condições já acabou há muito tempo”, disse. O primeiro-secretário acrescentou que a briga pelo orçamento, não visará apenas alguns itens isoladamente, “mas vamos brigar pelo conjunto. Também não pretendemos responder como se a intenção fosse de retaliação. O que

queremos é o entendimento”, afirmou.

DECRETO-LEI

“São meros exercícios acadêmicos”, disparou o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), ao analisar as propostas de corte orçamentário. Segundo ele, o que há até agora não é nada mais do que a intenção do executivo de fazer cortes. “Quem vai decidir sobre isso é o Legislativo, já que pelo menos isso não é feito por decreto-lei.

Com relação aos cortes, que poderão afetar o funcionamento das futuras CPI's, Chiarelli ironizou afirmando que na CPI, que investiga os atos de corrupção, não foi necessário se fazer grandes dispêndios de verbas para se chegar onde chegou. “Gastamos, no máximo umas três passagens aéreas, pois os convocados a depor diante da Comissão estavam todos na Esplanada dos Ministérios”, Chiarelli disse ainda que vai esperar que “eles se acertem”, antes de emitir opinião sobre o assunto. “A tecnocracia pode até propor, mas nós, os representantes do povo é que disporemos”.